



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 28/2019, em que é recorrente **Eder Yanick Carvalho** e recorrido o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 45/2019

I - Relatório

1. **Eder Yanick Carvalho**, “mcp Yanick”, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o acórdão n.º 98/2019, de 3 de outubro, do Tribunal da Relação de Sotavento, que *desatendeu a “reclama vem*, ao abrigo do artigo 20º, n.º 1, alíneas a) e b) e n.º 2 da Constituição da República de Cabo Verde, interpor recurso de amparo do despacho judicial do Tribunal da Relação de Sotavento, proferido a 14 de outubro de 2019 (cfr. fls. 31 verso dos presentes autos), que não admitiu o recurso ordinário para o Supremo Tribunal de Justiça, contra o acórdão n.º 98/2019 do Tribunal da Relação de Sotavento, alegando, em síntese, que:

1.1. *“O recorrente encontra-se detido e privado de liberdade, desde o dia 19 de Julho de 2017.*

1.2. *O mesmo foi acusado, julgado e condenado na pena de 19 anos de prisão, pela prática de um crime de Homicídio agravado, p.p pelas disposições combinadas nos artigos 122º e 123º al. b) do CP e um crime de armas, p.p. pelo artigo 90º alínea d) da Lei nº 31/VIII/2013, de 22 de Maio.*

1.3. *(...) não se conformando com a douta sentença, dela interpôs recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, isto no dia 23 de Julho de 2018, sem (...) juntar as respectivas motivações do recurso.*

1.4. *Mas (...), o mandatário do recorrente antes de interpor o recurso para o referido tribunal, requereu junto da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz,*

ora verbalmente, outrora por escrito por várias vezes cópia da acta do julgamento, bem como a consulta do processo, mas sem efeito.

1.5. Porem, depois de (...) mais de três meses da data de interposição de recurso, (...) o mandatário do recorrente foi notificado do despacho de admissão e de subida do recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, isto, conforme o despacho datado de 20 de Novembro de 2018.

1.6. (...) o recorrente requereu novamente o deferimento dos pedidos de cópias da acta de julgamento, bem como a faculdade de consultar o processo, mas sem efeito;

1.7. Na medida em que, conforme o despacho proferido pelo Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, os autos subiram para o Tribunal da Relação de Sotavento no dia 26 de Novembro de 2018.

1.8. Obstruído o acesso à cópia da ata do julgamento e ao processo, o mandatário do recorrente não tinha como apresentar a motivação/alegações, e em consequência o seu recurso não tinha como ser admitido, (conforme o acórdão n.º 132/2018, proferido pelo tribunal recorrido. “

1.9. O recorrente, inconformado com o referido acórdão, reclamou deste no prazo legal.

1.10. Não tendo o recorrente sido julgado no mais curto prazo possível, já que alega se encontrar em prisão preventiva, requereu, a 11 de setembro de 2019, a reparação da violação do disposto nos artigos 22.º e 35.º, n.º 1, da Constituição.

1.11. “(...) o tribunal recorrido veio, no dia 03 de Outubro de 2019, decidir o pedido de reparação, bem como a reclamação, conforme o acórdão que ora se impugna, tendo o mandatário do recorrente sido notificado no dia 04 de Outubro de 2019.

1.12. E durante todo esse percurso, a reclamação ainda não tinha sido decidido, uma vez que segundo informação constante nos autos do processo junto do STJ e TC, a reclamação não se encontrava no processo principal, ou seja, a secretaria do tribunal recorrido tinha recebido a reclamação, mas no entanto não juntou no processo e tão pouco abriu conclusão ao relator para os devidos efeitos legais.

1.13. Não temos dúvidas de que o despacho proferido pelo Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, admitindo o recurso do recorrente sem a respectiva motivação não é susceptível de reclamação.

1.14. Assim, como e muito bem o tribunal recorrido esclareceu o referido facto, deveria dizer também que o recorrente reagiu, alegando, que o processo não deveria subir para o tribunal recorrido, uma vez que existia requerimento de pedido de cópia de acta, ainda por decidir, e consequentemente o recorrente apresentar a sua motivação.

1.15. E na página 9 do acórdão que ora impugna desenvolve ainda a tese de que o meio adequado para reagir ao acórdão não era reclamação, mas sim recurso.

1.16. Assim sendo, a tese do tribunal recorrido não poderia nunca prosperar, uma vez que, caso o meio que o recorrente socorreu para fazer valer o seu direito, não fosse mais adequada para reagir ao acórdão de não admissão do recurso, por falta de motivação, o tribunal recorrido tinha o dever de decidir a reclamação dentro do prazo que a lei lhe exige, nos casos de aclaração do acórdão e também dos arguidos presos.

1.17. Mas mais, o recorrente depois de ter sido notificado do acórdão que ora se impugna, dela interpôs o recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, que não foi admitido com o seguinte fundamento “**Salvo o devido respeito por opinião em contrário, entende-se que o acórdão que desatendeu à “reclamação apresentada” não conhece a final do objecto do processo pelo que não admite recurso para o supremo**”, (doc. n° 4 e 5).

1.18. A interpretação levado ao cabo pelo tribunal recorrido está em desconformidade com a constituição, uma vez que a interpretação e integração das lacunas, tem que ser em conformidade com a constituição e não ao contrário, sob pena de violar normas fundamentais e constitucionalmente salvaguardado ao recorrente.

1.19. Contudo, não tendo sido admitido o recurso ordinário, depois de ter esgotado todas as vias ordinárias, não resta outra alternativa ao recorrente se não socorrer ao presente recurso de amparo constitucional, para suplicar a reparação dos direitos fundamentais violado pelo tribunal recorrido.

1.20. *Não resta margem para qualquer dúvida de que o indeferimento da reclamação, com os fundamentos constantes no acórdão n.º 98/2019, que ora se impugna, viola os direitos de liberdades e garantias fundamentais, “presunção de inocência, contraditório, processo justo e equitativo e direito de ser julgado no mais curto prazo possível”.*

1.39. Termina o seu arrazoadado formulando os seguintes pedidos:

“- Ser admitido, por ser legalmente admissível, nos termos do art.º 20.º, n.º 1 e 2, da Constituição da República de Cabo Verde;

- Ser julgado procedente e, conseqüentemente, revogado o acórdão n.º 98/2019, datado de 03/10/19, do Tribunal da Relação de Sotavento, com as legais conseqüências;

- Restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, (Presunção da Inocência e contraditório, direito de a um processo justo e equitativo e de ser julgado no mais curto prazo possível);

- Ser oficiado ao Tribunal da Relação de Sotavento, para juntar aos presentes autos a certidão de todo o processo de recurso n.º 204/2018;”

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o douto parecer constante de fls. 34 a 37 dos presentes autos, tendo pugnado para a admissão do presente recurso restrito ao direito ao contraditório e a um processo justo e equitativo.

3. É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (doravante Lei do Amparo).

II – Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O recurso de amparo pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades, e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O carácter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei do Amparo, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias

normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei do Amparo.

2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão do Tribunal da Relação de Sotavento, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei do Amparo.

Conforme o estabelecido no número 1 do artigo supracitado, o recurso não será admitido quando:

a) *Tenha sido interposto fora do prazo*

De acordo com disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, o recurso não será admitido quando tenha sido interposto fora do prazo; e, nos termos do n.º 1 do artigo 5º da Lei do Amparo, *o recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais.*

O recorrente interpôs o presente recurso de amparo contra o despacho judicial do Tribunal da Relação de Sotavento, proferido a 14 de outubro de 2019 (cfr. fls. 31 verso dos presentes autos), que não admitiu o recurso, para o Supremo Tribunal de Justiça, contra o acórdão n.º 98/2019 do Tribunal da Relação de Sotavento.

Tendo em conta que a petição de recurso foi apresentada na Secretaria desta Corte a 24 de outubro de 2019 e a decisão recorrida proferida a 14 de outubro do mesmo ano, considera-se que o recurso foi tempestivamente interposto, independentemente da data em que o aresto impugnado tenha sido notificado ao recorrente, atento o disposto no

número 2 do artigo 3.º, no número 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC aplicável com as necessárias adaptações ex vi do artigo 1.º da Lei do Amparo.

b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º

i. Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º da Lei do Amparo:

“1. O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, apresentado na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.

2. No requerimento o recorrente deverá indicar expressamente que o recurso tem a natureza de amparo constitucional.”

Resulta cristalino da petição de recurso que o recorrente apresentou o seu requerimento na secretaria do Tribunal Constitucional e indicou de forma expressa que se trata de “*Recurso de Amparo*”.

Consideram-se, pois, preenchidos os requisitos previstos no artigo 7.º supracitado.

ii. São requisitos da fundamentação vertidos no n.º 1 do artigo 8.º da Lei do amparo:

a) Identificar a entidade, o funcionário ou agente autor do acto ou da omissão referidos no nº 1 do artigo 2.º e artigo 3º, bem como os interessados a quem o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

b) Indicar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;

c) Indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;

d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;

e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição.

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente atribuiu ao Tribunal da Relação de Sotavento a responsabilidade pela violação dos direitos fundamentais que indicou.

A conduta impugnada traduziu-se no indeferimento da reclamação e do pedido de libertação imediata do reclamante, ora recorrente, com base, essencialmente, nos seguintes fundamentos recortados do acórdão impugnado:

“ Pelo que a reclamação sempre seria de indeferir porque os fundamentos alegados pelo reclamante e inclusive o pedido formulado estão manifestamente fora das situações em que está prevista a possibilidade de reclamação de acórdão.

Mais, no caso dos autos, a admissão do recurso só podia ter por base um eventual “justo impedimento” fundado no facto de não ter sido concedido ao recorrente a cópia da acta de julgamento.

Porém, esse fundamento invocado (eventual justo impedimento) deveria ter sido alegado no tribunal recorrido ou, pelo menos, aquando da interposição do recurso – o que não foi feito!

Ora, não tendo o recorrente suscitado essa irregularidade na 1.ª instância, facultando ao tribunal recorrido possibilidade de sobre ela se pronunciar e, nem sequer a tendo suscitado no requerimento de interposição do recurso abrindo discussão sobre o mesmo na 2.ª, estava-lhe vedado debatê-la após ter sido notificado do acórdão do acórdão a rejeitar o recurso, muito menos através de uma “reclamação”.

*Dito de outro modo, o arguido/ora reclamante não estava dispensado de alegar o justo impedimento no preciso momento em que apresentou o requerimento de interposição de recurso. Assim, nesse requerimento ao invés de afirmar que “...**apresenta a respectiva motivação**” devia ter dito que não apresentou a sua motivação, justificando o porquê!*

Mais a quando da notificação da subida do processo ao Tribunal da Relação de Sotavento poderia ainda suscitar tal irregularidade – o que não fez!

A intempestividade da alegação do justo impedimento obsta naturalmente a que dele se conheça, não tendo cabimento, neste contexto, o alegado pedido de que se ordene que o processo regresse ao tribunal de 1.ª instância para que se lhe entreguem as acta e assim proferir alegações.

Pois, salvo o devido respeito por opinião em contrário, considera-se que há muito esgotou o prazo para proferir alegações.”

Conforme a petição de recurso, o acórdão recorrido violou os seus direitos à presunção de inocência e ao contraditório, o direito a um processo justo e equitativo e o de ser julgado no mais curto prazo possível, tendo invocado expressamente as normas onde se encontram alojados esses direitos fundamentais: artigos 35.º, 35.º, n.º 6, 22.º, todos da Constituição da República.

A fundamentação do presente recurso, ainda que não exemplar, resume as razões de facto e de direito que sustentam a petição, embora fazendo considerações que em nada ajudam o esclarecimento das questões trazidas para o conhecimento do Tribunal Constitucional.

O amparo requerido é a reparação da violação dos seus direitos à presunção de inocência e ao contraditório, o direito a um processo justo e equitativo e o de ser julgado no mais curto prazo possível.

Os requisitos formais previstos pelo artigo 8.º da lei do Amparo têm sido avaliados sempre de forma compatível ao direito fundamental ao amparo e no que diz respeito aos requisitos de fundamentação, o Tribunal tem afirmado que mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer. Considera-se, pois, que a fundamentação está de acordo com o estabelecido no artigo 8.º da Lei do Amparo.

c) O requerente não tiver legitimidade para recorrer

Adotando o conceito de legitimidade ativa recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do Código de Processo Civil conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Amparo, segundo o qual tem legitimidade quem tiver interesse direto em demandar, não se pode negar ao recorrente a legitimidade para interpor o recurso de amparo contra uma decisão que alegadamente violou os seus direitos à presunção de inocência e ao contraditório, o direito a um processo justo e equitativo e o de ser julgado no mais curto prazo possível.

d) Não tiverem sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso

Conforme jurisprudência firme desta Corte, a exigência do esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos fundamentais amparáveis.

Por isso, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo:

“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”

Esta Corte Constitucional, através do Acórdão n.º 11/2017, de 22 de junho, publicado na I Série-n.º 42, do *Boletim Oficial*, de 21 de julho de 2017, considerou que o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, deve ser apreciado e integrado no juízo de admissibilidade a ser feito em relação a cada recurso de amparo, designadamente para se preservar a subsidiariedade desse tipo de queixa constitucional, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional aos titulares de direitos, liberdades e garantias e, em simultâneo, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição.

A partir desse Acórdão, o Tribunal Constitucional tem vindo a escrutinar especificadamente o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, enquanto pressuposto de admissibilidade associado ao esgotamento das vias de recurso ordinário, sendo disso exemplo o Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado na I Série, n.º 47, do *Boletim Oficial* de 8 de agosto de 2017, no âmbito do qual se firmou o entendimento de que sempre que possível é de se exigir que o recorrente demonstre ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que tenha requerido a sua reparação e que a violação não tenha sido reparada.

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente pediu ao Tribunal da Relação de Sotavento a reparação da violação dos seus direitos à presunção de inocência e ao

contraditório, direito a um processo justo e equitativo e de ser julgado no mais curto prazo possível, reparação recusada por aquele Tribunal de Segunda Instância, através do acórdão n.º 98/2019, contra o qual o recorrente interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, que não foi admitido pelos motivos que se transcrevem, na parte relevante:

“Não se pode mais uma vez alertar a circunstância de não estarmos no âmbito de uma reclamação prevista no art. 599º do CPC (as alegações do reclamante não integra nenhum dos casos em que é admitida e autorizada essa reclamação), mas sim perante “reclamação de um acórdão com argumento de que não apresentou motivação, porque não lhe foi concedida a acta e o pedido formulado: reenvio do processo ara 1º instância, para que se lhe dê a acta e comece a correr prazo para afinal apresentar motivação de recurso da sentença proferida em julho de 2018!

Ora, estabelece o art. 437.º do CPC (alteração efectuada pela L. n.º 112/VIII/2016, de 1 de março), sob a epígrafe “Casos de irrecorribilidade” que:

- 1. Não será admissível recurso, para além de outros casos previstos expressamente na lei:*

(....)

- j) Dos acórdãos proferidos em recurso, pelas relações, que não conheçam a final do objecto do processo.*

Salvo o devido respeito por opinião em contrário, entende-se que o acórdão – que desatendeu à “reclamação apresentada” não conhece a final do objecto do processo pelo que não admite recurso para o Supremo.

Pelo que não se admite o recurso ora interposto.”

Pelo exposto, fica demonstrado que o recorrente esgotou todos os meios legais razoavelmente exigíveis, de defesa dos direitos, liberdades e garantias estabelecidos pela respetiva lei do processo, antes de vir pedir amparo ao Tribunal Constitucional. Pelo que se considera observado o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e, consequentemente, respeitado o pressuposto da alínea d) do artigo 16.º da Lei do Amparo.

e) Manifestamente não está em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo.

A causa da inadmissibilidade do recurso prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo, ao utilizar o advérbio manifestamente, exige que se tenha certeza quanto à inexistência da fundamentalidade do direito alegadamente violado, ou ausência de conexão entre esse direito e os factos concretos alegados no recurso ou ainda a certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo.

O recorrente alega que foram violados os seus direitos à presunção de inocência e ao contraditório, o direito a um processo justo e equitativo e o de ser julgado no mais curto prazo possível, tendo invocado expressamente as normas onde se encontram alojados esses direitos fundamentais: artigos 35.º, 35.º, n.º 6, 22.º, todos da Constituição da República.

A fundamentalidade desses direitos liberdades e garantias é evidente. Desde logo, pela sua inserção sistemática na Lei Magna, na Parte II, Título II, sobre “Direitos, Liberdade, Garantias” e, Capítulo I, sobre Direitos, Liberdades e Garantias Individuais, aos quais se aplicam os princípios enunciados no Título I.

No que diz respeito à conexão entre os factos concretos alegados na petição de recurso e o direito e a garantia mencionados no parágrafo antecedente, ainda não se pode afirmar, com grau de certeza que se exige para a formação da convicção do Tribunal, que manifestamente não exista tal conexão, sem prejuízo de se o poder desenvolver um pouco mais quando o Tribunal, mais adiante, apreciar os pressupostos para a adoção de medidas provisórias.

No que concerne à certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo requerido, ainda é relativamente cedo para se fazer um juízo de certeza quanto à manifesta inexistência desse requisito.

Pelo que a decisão definitiva sobre este requisito será tomada na fase seguinte em que se aprecia o mérito do recurso.

f) O Tribunal tiver rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual

O Tribunal Constitucional não rejeitou, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente idêntico ao dos presentes autos.

III – Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem admitir o presente recurso de amparo.

Praia, 27 de dezembro de 2019

João Pinto Semedo (Relator)
Aristides Raimundo Lima
José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, na Praia, aos 30 de dezembro de 2019.

O Secretário,

João Borges